

Artigo

Contas dos governos estaduais

Vilma da Conceição Pinto

Professora do IDP



As eleições de 2026, no contexto dos governos estaduais, renovam as promessas de ampliar os serviços públicos e os investimentos. A análise da situação fiscal desses governos, no entanto, exige distinguir o quadro de curto prazo das questões estruturais. O objetivo deste artigo é traçar um panorama da situação fiscal atual desses entes e compreender em que estado os novos governadores (eleitos ou reeleitos) encontrarão as contas públicas em 2027.

Nos dados acumulados nos 12 meses até agosto, o resultado primário do conjunto dos governos estaduais e do Distrito Federal foi deficitário em R$ 13,4 bilhões (-0,1% do PIB). Esse é o segundo pior resultado registrado desde 2002, também deficitário (gráfico 1).[1]

Para entender esse resultado, é importante decompor o primário a partir da diferença entre receitas e despesas. A tabela a seguir compara as taxas de crescimento nominal das receitas e das despesas primárias dos governos estaduais e do DF entre janeiro e agosto de 2025 e de 2026. No agregado dos estados, observa-se que as receitas primárias cresceram 9,4% em termos nominais, mas as despesas cresceram 3,7 pontos percentuais a mais. Isso ajuda a explicar o déficit, mesmo em um cenário de aumento das receitas.

Ou seja, em diversos estados, parte do crescimento das receitas primárias foi absorvida pelo aumento das despesas primárias (pessoal, custeio e investimento), em vez de contribuir para a melhora do resultado primário.

O resultado primário combina componentes conjunturais e estruturais. O desempenho das receitas primárias pode ser atribuído, em parte, a fatores conjunturais. Já a evolução das despesas primárias reflete tanto fatores conjunturais, como o aumento dos investimentos, quanto questões estruturais que ainda precisam ser equacionadas.

Os dois principais pontos de atenção nas despesas primárias dos estados são o déficit previdenciário e a rigidez do gasto.

A Previdência torna esse quadro mais difícil de reverter porque

seus desequilíbrios não se resolvem com uma melhora pontual da arrecadação. No caso dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) estaduais, quando as contribuições do fundo em repartição não cobrem os benefícios, o ente precisa financiar a insuficiência. O gráfico 2 mostra que essa pressão tem peso expressivo em relação à receita: no Rio Grande do Sul, o déficit do fundo em repartição foi equivalente a 13% da Receita Corrente Líquida no primeiro semestre de 2026. Essas insuficiências competem com as demais prioridades do orçamento e tendem a persistir nos exercícios seguintes.

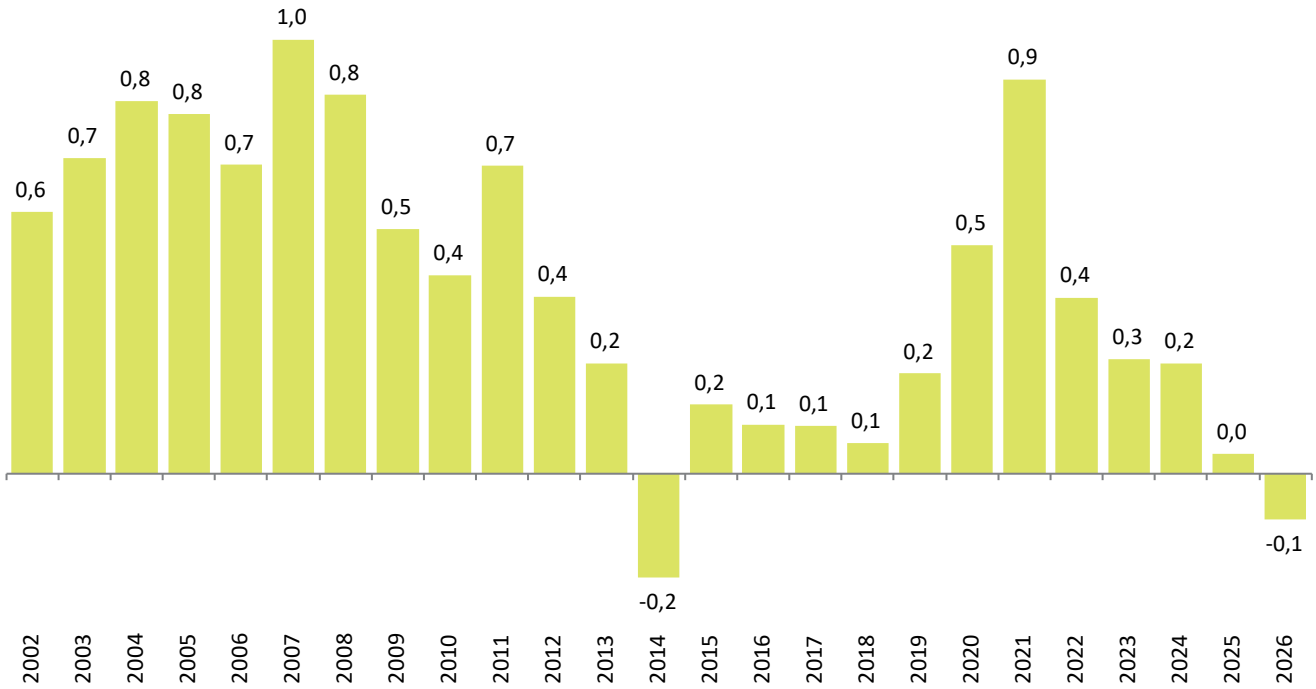
Esse dado ajuda a qualificar o desafio dos governadores. O resultado primário negativo não decorre apenas de decisões tomadas no ano ou de uma expansão isolada dos investimentos. Há uma parcela do gasto que responde a compromissos previdenciários acumulados e exige planejamento de longo prazo. O aumento da receita pode melhorar temporariamente o caixa, mas não necessariamente produzir uma melhora duradoura do resultado primário. A margem para novas políticas fica condicionada ao espaço que sobra depois de cumpridas as obrigações que não podem ser reduzidas de imediato.

A rigidez do orçamento também aparece na composição das despesas. Com base nos dados do primeiro semestre de 2026,

A folha de pagamento, as aposentadorias e pensões e os contratos em vigor não podem ser ajustados de uma hora para outra sem consequências, assim como outras despesas obrigatórias

Gráfico 1: Resultado primário dos governos estaduais e DF

em % do PIB



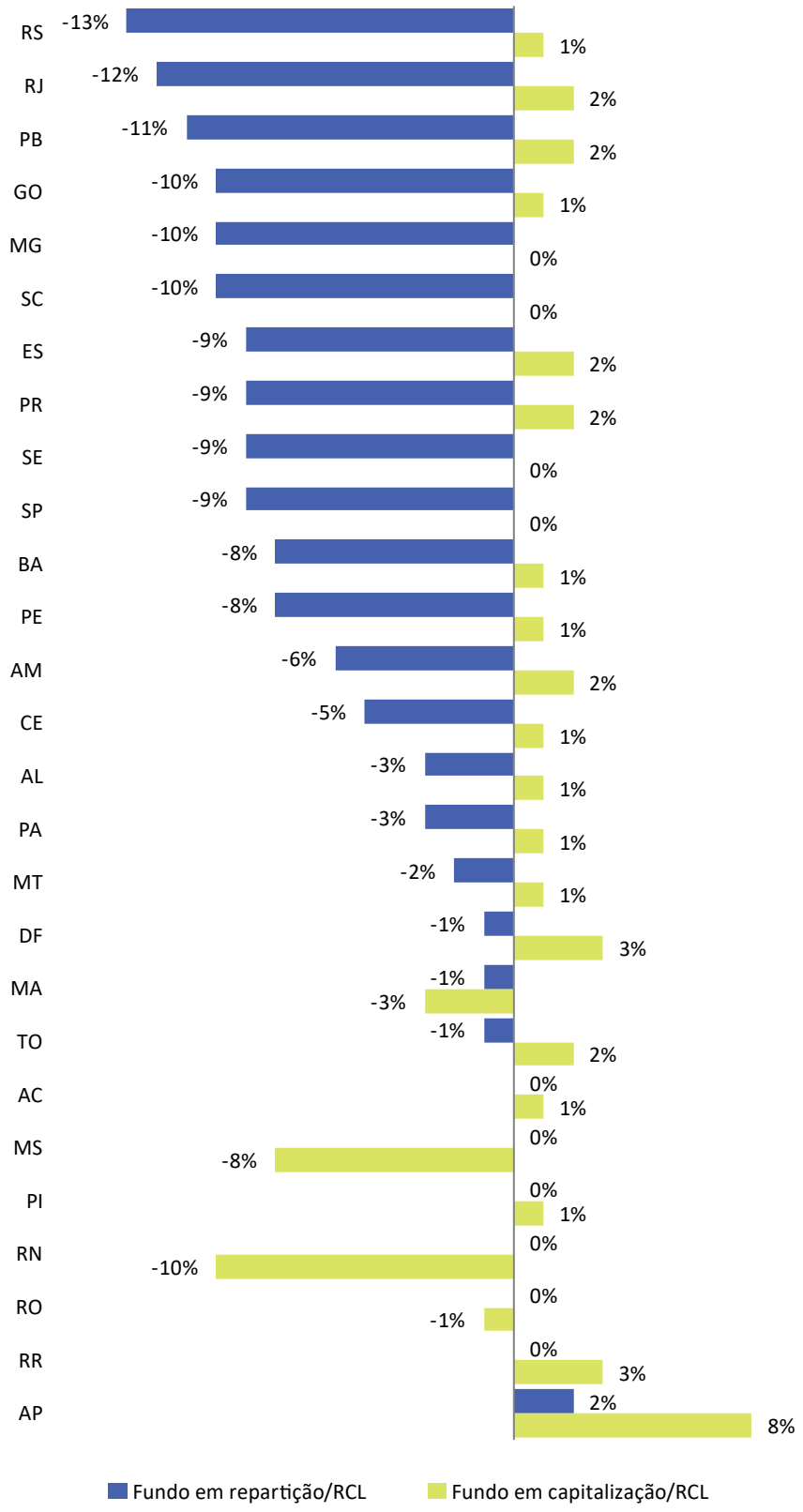
Fonte: Banco Central. Elaboração própria. 2026 corresponde ao dado acumulado em 12 meses em % do PIB até agosto.

Tabela 1: Receitas e despesas primárias dos governos estaduais (janeiro a agosto)
R$ milhões e variação nominal

UF	Receitas primárias			Despesas primárias (total pago)			Dif. em p.p. (Δ rec. - Δ desp.)
	2025	2026	Dif. % 26/25	2025	2026	Dif. % 26/25	
Total	**940.740**	**1.029.325**	**9,4%**	**895.148**	**1.012.981**	**13,2%**	**-3,7**
AC	8.370	9.330	11,5%	7.376	8.770	18,9%	-7,4
AL	13.189	15.081	14,3%	12.828	14.734	14,9%	-0,5
AM	22.825	23.759	4,1%	21.364	21.729	1,7%	2,4
AP	6.903	7.990	15,7%	6.371	7.055	10,7%	5,0
BA	47.668	51.273	7,6%	46.853	52.114	11,2%	-3,7
CE	27.879	30.813	10,5%	27.254	32.005	17,4%	-6,9
DF	26.803	29.818	11,2%	26.649	28.103	5,5%	5,8
ES	19.457	21.385	9,9%	18.390	20.651	12,3%	-2,4
GO	30.190	32.195	6,6%	32.614	33.410	2,4%	4,2
MA	22.351	25.773	15,3%	19.177	25.666	33,8%	-18,5
MG	82.436	90.144	9,4%	78.162	89.863	15,0%	-5,6
MS	16.715	17.969	7,5%	16.818	18.680	11,1%	-3,6
MT	26.625	29.084	9,2%	24.496	28.474	16,2%	-7,0
PA	31.620	33.616	6,3%	30.769	32.290	4,9%	1,4
PB	14.314	16.099	12,5%	14.139	17.109	21,0%	-8,5
PE	32.710	36.615	11,9%	30.535	35.118	15,0%	-3,1
PI	14.009	16.929	20,8%	14.447	16.768	16,1%	4,8
PR	48.194	50.838	5,5%	47.957	54.061	12,7%	-7,2
RJ	70.090	80.927	15,5%	60.515	71.907	18,8%	-3,4
RN	15.099	16.906	12,0%	14.331	16.346	14,1%	-2,1
RO	11.145	12.779	14,7%	10.422	12.149	16,6%	-1,9
RR	6.032	6.759	12,0%	5.276	6.291	19,2%	-7,2
RS	53.345	56.554	6,0%	52.036	56.793	9,1%	-3,1
SC	34.516	37.871	9,7%	32.848	38.396	16,9%	-7,2
SE	11.557	12.097	4,7%	10.546	12.344	17,0%	-12,4
SP	235.327	254.487	8,1%	221.660	249.146	12,4%	-4,3
TO	11.371	12.232	7,6%	11.314	13.010	15,0%	-7,4

Fonte: Siconfi. Elaboração própria.

Gráfico 2: Resultado do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) em relação à RCL



Fontes: IBGE e STN. Elaboração própria.

observa-se que os gastos com pessoal representaram entre 38% e 68% da receita total dos estados, enquanto as despesas de custeio variaram de 15% a 38%. Esses percentuais mostram quanto da receita já está comprometido. A folha de pagamento, as aposentadorias e pensões e os contratos em vigor não podem ser ajustados de uma hora para outra sem consequências, assim como outras despesas obrigatórias. Quando a arrecadação cresce, parte desse aumento é absorvida por compromissos já existentes; quando desacelera, sobra menos espaço para acomodar novas demandas. Assim, a rigidez limita a capacidade de transformar o crescimento da receita em melhora do resultado primário ou em ampliação dos investimentos públicos.

Os governadores encontrarão, portanto, uma situação em que o aumento das receitas não basta para assegurar o equilíbrio. O resultado primário deficitário reflete despesas que crescem acima das receitas, pressões previdenciárias persistentes e pouca margem para rever gastos no curto prazo.

[1]Os dados do Banco Central correspondem ao resultado primário apurado pelo conceito "abaixo da linha", isto é, pelo diferencial da dívida descontados os juros nominais. Já a análise das receitas e despesas correspondem ao conceito "acima da linha". Os números, portanto, podem divergir, sobretudo, por ajustes metodológicos e por discrepância estatística.

Vilma da Conceição Pinto escreve a cada bimestre.